

Inscrição: 2070006890

**JUVENTUDES E TRABALHO NA CENA CONTEMPORÂNEA: UMA
REFLEXÃO NECESSÁRIA**

Marlene Almeida de Ataíde
Universidade de Santo Amaro (UNISA – SP).

RESUMO

A presente comunicação parte das preocupações advindas sobre a categoria juventude cujo tema está cada vez mais presente nas agendas da sociedade. Nos espaços acadêmicos, existem discussões, e investigações, na busca de analisar as questões que incidem na vida desse segmento populacional. Dentre estas se destaca a questão da escolarização, o trabalho, a violência, as drogas. Enfim uma série de situações que têm rebatimentos significativos nos modos de vida desses sujeitos sociais, algumas sem a solução devida como é o caso das drogas e da violência que vem atingindo as juventudes independente da classe social a qual pertencem. Por outro lado temos as agendas governamentais e não governamentais que se volta para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas voltadas para a questão do trabalho entre outros aspectos. Nesta comunicação o termo juventudes se inscreve no plural, cuja definição se caracteriza como uma construção social, histórica, cultural e social, não se limitando a períodos etários, entre 15 e 24 anos, conforme conceituação da ONU (Organização das Nações Unidas), ou seja, cada sujeito experimenta os modos de ser jovem nas mais diversas formas onde espaços e trajetórias são construídos, e ainda, esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade do contexto no qual cada um está inserido. Têm-se ainda as representações que são atribuídas às juventudes na nossa moderna, mais ainda arcaica sociedade e que formam um campo vasto de interpretações e debates, no entanto não se pode enquadrá-la nos moldes de uma visão *una* de juventude, mas múltipla, considerando as diversidades que a compõe. Por oportuno, não se pretende oferecer uma visão abrangente da sua definição, mas demarcar como devem ser definidas conceitualmente as juventudes contemporâneas, nas suas múltiplas expressões. Dentro das expressões que merecem uma reflexão a categoria trabalho enquanto uma questão central direcionada para a população jovem no momento contemporâneo requer uma retrospectiva do processo de transformações na economia mundial iniciado no final da década de 1980. Essas transformações inseriram

as economias da América Latina e, em especial, do Brasil, por intermédio de um processo de abertura externa e de retração das atividades produtivas, tendo gerado desempregos e graves conseqüências que atingiu sobremaneira a população jovem. As profundas transformações pelas quais vem passando a economia mostram-se, em geral, desfavoráveis à evolução do emprego da força de trabalho, atingindo particularmente os jovens. Por conseguinte, as transformações no mundo da produção, nos moldes da reestruturação produtiva e das novas formas de gestão e organização do trabalho, estão presentes na nossa sociedade, cujos efeitos têm recaído na população juvenil, principalmente aquela oriunda da classe pobre. Esta necessidade imperiosa da flexibilização dos processos produtivos, transcende a produção material e torna-se mesmo constitutiva da subjetividade do trabalhador – impondo que ele próprio seja flexível, que saiba lidar com uma variedade de funções, a integrar-se a diferentes formas de interação e mobilização no trabalho. No que tange à população de jovens, passaram a enfrentar maiores dificuldades para o ingresso e a permanência no mundo do trabalho. Como se sabe o desemprego juvenil contribui pela não aceleração do desenvolvimento da sociedade, além de retardar a força jovem de ingressar no mundo do trabalho. Essas questões ampliam ainda mais a dependência dos jovens na família e nas políticas públicas. Sabe-se, entretanto que o mundo do trabalho não acolhe todos de igual forma todos trabalhadores, pois uma significativa parcela está excluída dele no aguardo de uma oportunidade, ou mesmo, recorrendo as mais variadas estratégias de sobrevivência para manter a mínimas condições de subsistência. Nesse contexto, os jovens da classe pauperizada em idade legal para trabalhar tornam-se um dos segmentos mais frágeis na disputa por um emprego tendo em vista o elevado excedente de mão-de-obra e a perda de oportunidades ocupacionais em empregos regulares. As duas últimas décadas de 1980 a 1990 e, adentrando no século XXI, transformaram o mundo do trabalho no Brasil, pois o desemprego voltou a ser um fenômeno de massa, ao mesmo tempo em que cresceu a precarização das condições de trabalho, em especial a ampliação do emprego informal. Tal situação atinge as juventudes que enfrentam o desemprego que acarretam conseqüências econômicas e sociais. Neste contexto as empresas se aproveitam para aumentar as exigências tanto de qualificação, escolaridade e experiência profissional, o que torna mais difícil a conquista do primeiro emprego ou de um novo posto de trabalho pelos jovens. Existe ainda, a lógica em que muitas empresas rotulam os jovens como despreparados para as demandas postas no mercado, e ainda, por descompromisso com o trabalho. No entanto, o desemprego juvenil não atinge

somente aqueles jovens que tiveram poucos acessos à informação ou a qualificações especializadas. Atinge também os jovens de outras classes sociais que obtiveram acessos mais qualificados, como a conclusão do ensino superior, onde a geração de postos de trabalho ainda se mantém apesar da desenfreada competitividade.

As conseqüências do desemprego juvenil apresentam-se cada vez mais perversas, pois que, ameaça a integração social e o desenvolvimento sócio-econômico dos jovens, que se tornam dependentes das políticas públicas e das contribuições oriundas do grupo familiar, e, acarreta por outro lado que os jovens adiem suas perspectivas de futuro, como por exemplo, constituir famílias, uma vez que não possuem as condições que propiciem uma auto-sustentação. É importante haver um maior investimento, por parte daqueles que elaboram as políticas públicas de emprego ou propostas de cursos que visam aos jovens ocuparem o tempo “ocioso”. Mas, e, sobretudo que considere a qualidade dos profissionais envolvidos na atuação, os recursos materiais necessários e, principalmente, a absorção desta mão-de-obra semiqualficada pelo mercado de trabalho. Normalmente, os cursos oferecidos correspondem aos primeiros conhecimentos ou noções sobre uma determinada qualificação profissional. Isso necessita de extensão e experiência prática para a qualificação real, ou seja, é imprescindível que haja a disponibilidade de oportunidades na micro-localidade em que se insere esse jovem, aliada, ainda, à suas afinidades e habilidades. Assim, o trabalho para as juventudes deve ser pensado enquanto condição presente nas suas vidas os quais constroem determinados modos de ser jovens, e, apresentam suas especificidades, o que significa que não há um único modo de ser jovem nas camadas populares, ou seja, a noção de juventudes deve ser realizada no plural, expressando a diversidade dos modos de ser jovem.

Palavras chaves: Juventude (s), mundo do trabalho, desemprego.

Introdução

Preliminarmente é importante realizar algumas considerações antes de se adentrar especificamente na questão do mundo do trabalho, mundo esse onde uma parcela significativa de jovens brasileiros enfrenta desafios e dilemas na sociedade contemporânea. Para tanto a presente comunicação detêm-se em alguns elementos que nos levam a refletir sobre a categoria juventude (s) ao longo do tempo. Na visita à literatura encontramos no historiador francês Phillipe Ariès (1981) algumas análises que ancoram esta discussão, quando referido autor ressalta que nos séculos XVII e XVIII as

crianças eram tratadas como pequenos adultos. Nas famílias nobres eram vestidas como gente grande e nas famílias de camponeses pobres participavam precocemente da força de trabalho familiar, o mesmo acontecendo em relação à experiência reprodutiva, que ocorria muito cedo, sem um período de transição e preparação para a idade adulta, como conhecemos hoje. A sociedade de então também não tinha a noção de que crianças e jovens deveriam receber instrução pública ou preparo profissional. Aos jovens pobres cabia ajudar no trabalho da família, enquanto os jovens das elites recebiam a formação em suas próprias casas (tais situações ainda são encontradas na sociedade brasileira em condições sociais particulares, mas que já passam por um contexto de mudança). Conforme Ariès (1981), a instituição da escola – e, conseqüentemente, o desligamento do ensino da vida privada – constituiu o espaço próprio dos jovens, o que favoreceu o surgimento progressivo de um tempo de transição entre infância e vida adulta.

Assim, o estudo da história social de diversos povos nos mostra que os jovens, a família, o trabalho, o gênero – masculino e feminino –, o lazer e a sexualidade tiveram um caráter dinâmico, transformando-se nas sociedades ao longo do tempo, e que a juventude foi se tornando mais visível e sendo tratada como uma fase específica da vida. Nesta perspectiva, tanto a juventude como a infância, a idade adulta e a velhice passaram a ser demarcadas desde a Revolução Industrial e o Iluminismo, movimentos relevantes na história das sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. No século XX, essa visibilidade tornou-se ainda maior, com os jovens cada vez mais em evidência¹.

Assim, esses grupos aos quais os jovens aderem representam, em certa medida, espaços para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e da autoafirmação da condição de ser jovem.

Têm-se ainda que “[...] a escola, surgida na Europa a partir do século XVIII, foi uma das primeiras e a mais importante instituição a reconhecer a juventude como etapa de transição para a idade adulta” (ADORNO, 2001, p. 17). Mas essa escola faz uma distinção entre classe na medida em que introduz critérios para os mais abastados com a criação de colégios para as elites, ou seja, os *liceus* e, para os mais

¹ Durante os dois últimos séculos, a sociedade impôs aos jovens uma condição de relatividade, ambigüidade e transitoriedade, e eles passaram a ser encaixados no mundo adulto através da disciplina, do trabalho, da punição, não lhes cabendo o mesmo poder e tratamento que cabem aos adultos. [...] Por isso, partem em busca de grupos de referência e identidade, como turmas, associações, grupos de trabalho, de esporte e de lazer, entre outros (ADORNO, 2001, p. 16).

pobres, foi instituída a escola primária. A juventude passou então a representar uma forte força de trabalho, dinâmica, flexível, e nessa condição foi incorporada às indústrias. Ainda de acordo com Adorno (2001) naquela quadra histórica algumas correntes filosóficas que se preocupavam com propostas de mudanças da sociedade, em oposição à repetição de preconceitos e ações do passado que consideravam prejudiciais à sociedade, defendiam que o jovem deveria ser educado como um “novo homem” e ser preparado para o trabalho.

No século XX, a juventude foi solicitada das mais variadas formas, participando de situações de disciplina, autoridade e violência – como nas duas guerras mundiais, que deram origem a contingentes de jovens sem famílias, pois os pais haviam morrido no conflito ou estavam mobilizados nas frentes de combate das diferentes guerras e guerrilhas –, de momentos de transformações e mudanças, como nos anos 1960, e de movimentos culturais e de consumo, como nas décadas de 1950, 1980 e 1990.

Ariès (1981)² ratifica, ainda, o movimento juvenil nas sociedades desenvolvidas por estes protagonistas singulares na história:

Ainda hoje os jovens são envolvidos, em vários países, em atividades ilegais, como o tráfico internacional de drogas e de armas, e nas guerras. A juventude também foi construindo um espaço próprio nas sociedades através da formação de associações de jovens, como os escoteiros e os grêmios estudantis – voltadas para o lazer e o encontro de grupos dessa faixa etária e com a finalidade de conquistar identidade própria. Como desdobramentos, aparecem também as legislações específicas para os jovens, que estabelecem definitivamente a sua independência em relação ao mundo adulto.

Juventude(s) e o mercado de trabalho

[...] eles venceram e o sinal está fechado para nós, que somos jovens,
para abraçar teu irmão e beijar tua menina, na rua,
é que foi feito o teu braço, o teu corpo e a tua voz (BELCHIOR)

O processo de transformações na economia mundial iniciado no final da

² A juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada [...] A consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os ex-combatentes, com esse sentimento podiam ser encontrados em todos os países beligerantes, até mesmo na América. Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. (ARIÈS, 1981, p. 46-47).

década de 1980 inseriu as economias da América Latina e, em especial, do Brasil, porém, através de um processo de abertura externa e de retração das atividades produtivas, a geração de empregos sofreu as conseqüências.

D'Agostino e Bueno (2007)³ argumentam que,

Especialmente entre as décadas de 1950 e 1980, foram os jovens mais que outras faixas etárias, que mais facilmente puderam se incorporar às novas ocupações geradas nos setores modernos da economia brasileira, conforme Abramo (1994) e Madeira (1986), pois no final da década de 1980 com a elevação da taxa de desemprego, os setores que mais empregavam os jovens (construção civil, bancos, serviços na grande empresa e administração pública) reduziram os postos de trabalho e as “vagas existentes são ocupadas preferencialmente pelos adultos com maior escolaridade e qualificação”, afirma Pochmann (1998, p.12).

Estar desempregado, estar em busca de um trabalho, “[...] trata-se, de um processo e não uma situação que tem significado na construção social de identidade e que tem repercussões sobre o funcionamento da sociedade como um todo”, afirma Cattani (2000, p. 62).

Estudos demonstram que o “ingresso no mundo do trabalho nos grupos populares ocorre precocemente, podendo prejudicar o desenvolvimento da criança” (UNICEF, 1998). Esta iniciação no trabalho – pelo biscate e mendicância, na maioria dos casos – não acontece somente pela necessidade de subsistência, mas também porque o trabalho é considerado por estes grupos como um meio de socialização, de educação, e é utilizado pelos pais como uma ocupação do tempo livre, para afastá-los das más companhias, do ócio e da “vagabundagem”, como também como preparação para os trabalhos que virão na vida adulta.

É importante que haja investimento, não somente na proposta de cursos que visem ocuparem o tempo “ocioso” desse jovem, mas que considere a qualidade dos profissionais envolvidos na atuação, os recursos materiais necessários e, principalmente, a absorção desta mão-de-obra semiqualficada pelo mercado de trabalho, pois,

³ Uma das maiores preocupações dos jovens, de qualquer classe social é a incerteza de uma vaga no mercado de trabalho – e esta questão não está limitada ao Brasil, mas atinge o mundo todo. [...] O emprego, além de significar um marco no início da vida adulta, traz implícita responsabilidade da autonomia financeira, isto é: o vínculo da dependência familiar é rompido mais bruscamente ainda quando o núcleo em que este jovem está inserido sobrevive em condições precárias. (D'AGOSTINO; BUENO, 2007, p. 19).

normalmente, os cursos oferecidos correspondem aos primeiros conhecimentos ou noções sobre uma determinada qualificação profissional, que necessita de extensão e experiência prática para a qualificação real, ou seja, é imprescindível que haja a disponibilidade de oportunidades na micro-localidade em que se insere esse jovem, aliada, ainda, à suas afinidades e habilidades.

Por conseguinte, as transformações no mundo da produção, nos moldes da reestruturação produtiva e das novas formas de gestão e organização do trabalho, estão presentes na nossa sociedade, cujos efeitos têm recaído sobremaneira na população jovem, principalmente aquela oriunda da classe pobre. Esta necessidade imperiosa da flexibilização dos processos produtivos, a nosso ver, transcende a produção material e torna-se mesmo constitutiva da subjetividade do trabalhador – impondo que ele próprio seja flexível, que saiba lidar com uma variedade de funções, a integrar-se a diferentes formas de interação e mobilização no trabalho.

A esse respeito Antunes (1998)⁴ apresenta a seguinte análise:

Em sua forma cada vez mais avançada, a racionalidade econômica acaba, portanto, expropriando os sujeitos e orientando-os para se modelarem conforme os modelos dominantes, subsumindo-os no mundo da produção. Tal processo, que decorre das relações objetivas do mundo do trabalho, consubstancia-se em uma subjetividade própria, singular e, ao mesmo tempo, coletiva, que acaba por orientar formas de ser e agir do trabalhador nas diversas esferas da vida social.

Diante disso, as questões relativas ao jovem no mundo do trabalho condicionado pela reestruturação produtiva assumem relevância. Como resposta a esta demanda, Martins, (1997) discute a relação do jovem com o trabalho e utiliza como referência dados quantitativos, entrevistas com trabalhadores participantes de movimentos sindicais de metalúrgicas e montadoras de São Paulo, além de estudos e pesquisas sobre a inserção e a situação do jovem no mercado de trabalho.

As inovações tecnológicas e os novos processos de produção promoveram mudanças nas condições de trabalho e as tornaram ainda mais adversas, o que resultou

⁴ A década de 80 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 1998, p. 15)

em índices crescentes de desemprego, desvalorização do trabalho assalariado, estratégias coercitivas de gestão do empregador, precarização do trabalho e “superexploração”. A partir destas conseqüências, Martins, (1997) assinala, em especial, a situação extremamente desfavorável do jovem e destaca especificamente os aspectos que se referem à sua inserção e permanência no trabalho, bem como os diferentes significados que constrói em relação ao mesmo, considerando a diversidade própria da categoria juventude.

Segundo demonstra o enxugamento do processo de produção em relação à economia de material e de mão-de-obra, a racionalização extrema do processo e a manutenção de estoques mínimos implicam na chamada “flexibilização” do processo de trabalho e, em conseqüência, também do trabalhador, que não mais pode fixar-se apenas na linha de produção. Espera-se que não seja um executor apenas, mas um “participante” das decisões da empresa, que contribua com idéias para o aumento da produtividade. Coloca-se para o jovem trabalhador o desafio da sua preparação para as novas condições de trabalho.

Constata-se a desvalorização do trabalho assalariado, em decorrência do crescimento vertiginoso do trabalho autônomo, que, em grande parte, se caracteriza pela precariedade, pela ausência de vínculo empregatício e pela insegurança.

Aqueles trabalhadores que aparentemente estariam protegidos pelo contrato de trabalho, segundo Martins, (1997, p. 98), vivem, também, relações de trabalho permeadas pela insegurança, precariedade, “superexploração generalizada pela acentuação das desigualdades”.

Essa situação decorre da submissão a que se vê forçado o trabalhador às condições colocadas pela empresa, como baixos salários, realização excessiva de horas extras, agravadas pela necessidade de “vestir a camisa” da empresa e de “mostrar serviço”.

Martins, (1997) revela, se a situação apresenta-se difícil para uma grande parcela dos trabalhadores, para os jovens – que se constituem em uma parte significativa deste conjunto – ela ganha certa dramaticidade. Alguns fatores dificultam a inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como as perspectivas de futuro profissional.

Martins, (1997, p. 100) refere-se à “marginalização objetiva” e argumenta que a “experiência de trabalho e de vida do jovem, especialmente da juventude operária, com a imagem de seus pais, de suas condições insatisfatórias de trabalho, fazem com

que os jovens elaborem negativamente a sua identidade com o emprego e o trabalho”. A “desvalorização do trabalho” por parte dos jovens e a sua resistência em assumir a ética do trabalho devem ser compreendidas, considerando-se a diversidade que a categoria juventude encobre. Assim, é importante se distinguir o trabalho temporário-intermitente como parte de um “plano de carreira” e como possibilidade de sobrevivência para os jovens menos qualificados.

A idéia de valorização do trabalho decorrente das condições econômicas da família perde força, configurando-se mais como uma forma cultural de educação familiar das crianças das classes populares. O sentido de retribuição aos pais está também presente nesta relação das crianças e jovens pobres com a atividade de trabalho. Conforme Zaluar (1985), desde muito cedo em suas vidas, crianças e jovens sentem-se constrangidos a esta norma e a consideram natural e legítima. Para os pais está presente o sentido de proteção dos filhos dos riscos da marginalidade, do banditismo, do tóxico, dentre outros, que representam os perigos que devem ser afastados pelo valor do trabalho.

Pochmann (2000) ao discutir mais diretamente as condições econômicas da juventude brasileira perante o trabalho, em especial no que se refere ao primeiro emprego, apresenta dados significativos sobre a vida do jovem brasileiro. Ressalta as condições de mobilidade social e as expectativas coletivas positivas vivenciadas pelos jovens da década de 1980, diferentemente das duas últimas décadas, nas quais as modificações foram rápidas e intensas e provocaram um ceticismo entre a juventude.

Duas razões para esse ceticismo se destacam: o aumento da desigualdade econômica, acentuando ainda mais o distanciamento entre ricos e pobres, e os rumos da economia nacional, que vem desfavorecendo a juventude em geral, em especial, no que se refere ao desemprego crescente. A inserção do jovem no mundo do trabalho em idade precoce e de forma precária apresenta-se como uma das preocupações do autor, que considera o primeiro emprego como a base para uma vida profissional satisfatória.

“Quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional”, afirma Pochmann (2000, p. 9).

Madeira (2003, p. 9) ressalta que “[...] os altos índices de desemprego deste grupo etário decorrem, sobretudo, da dificuldade de romper, através de uma primeira oportunidade, o círculo vicioso imposto pela exigência de uma experiência anterior para o início no mundo do trabalho”.

A juventude, nos dias de hoje, segundo Pochmann (2000), tornou-se uma questão complexa, isto porque, tomando-se a compreensão de juventude como ciclo de vida com base em uma faixa etária definida, ao correlacioná-la com o tempo médio de vida e verificar-se que a expectativa de vida aumentou consideravelmente, esta mudança certamente refletirá sobre o período considerado jovem, devendo também ele se ampliar.

Do mesmo modo, tomando-se a juventude com base na fase de preparação associada à educação escolar, esta idéia perde consistência ao reconhecermos que a educação tem se tornado um elemento necessário e presente durante toda a vida do sujeito, não se vinculando ao período estritamente jovem. Por outro lado, mais do que simplesmente considerar o jovem por residir na casa dos pais uma dependência econômica, pode-se entender a juventude como a adoção de modos de ser próprios, expressos na forma de agir e de se relacionar. Assim, Pochmann (2000, p. 10) alerta que “a juventude é menos uma etapa de preparação e muito mais a personificação de atitudes individuais e sociais que configuram um estilo de vida e de pensar, até mesmo abaixo dos quinze anos”.

Ao apontar tais limitações conceituais, Pochmann (2000) define a faixa etária de 15 a 24 anos para a compreensão de juventude que utiliza no seu estudo e enfatiza a relevância de se considerar a nova fase de transição juvenil em curso, por conta das dificuldades em forma de desafios intransponíveis para a maioria dos jovens em nível mundial. Os obstáculos decorrentes dos processos econômicos, sociais e culturais, que provocam rupturas e pressões sobre a juventude, submetem-na à impossibilidade de delineamento de projetos futuros.

As informações apresentadas por Pochmann (2000), revelam que o quantitativo da população jovem de 15 a 24 anos constitui cerca de 20% da população mundial, sendo que em dez países concentram-se mais de 50% deste total. O Brasil possui uma juventude que representa pouco menos de um quinto da população e é o 5º país em quantitativo de jovens em nível mundial. Este índice tem se reduzido gradativamente desde o final da década de 1960. A expectativa de uma redução relativa da população jovem brasileira, com base em taxas negativas de variação, prevê que em 2020 esta população registre o quantitativo existente em 1990, cerca de 27,5 milhões de pessoas com idade entre 15 e 24 anos, após um aumento máximo que se deve registrar na primeira década de 2000.

Na caracterização desse segmento populacional, tem-se que cerca de 80%

concentram-se nas cidades, e a maioria é do sexo feminino. O crescimento da população jovem tem ocorrido de forma a demonstrar a expansão dos jovens de cor negra e parda.

Aspectos importantes a serem considerados, segundo Pochmann (2000), referem-se à acentuada participação dos jovens no movimento migratório nacional, particularmente dos originários das regiões Norte e Nordeste. Deve-se, ainda, atentar para o aumento da mortalidade de jovens nos últimos dez anos, em sua maioria associado à violência, à Aids, ao homicídio, ao suicídio e aos acidentes de trânsito. O autor destaca, também, outros tipos de violência que vitimam os jovens brasileiros, como o trabalho do menor, a prostituição infantil, o narcotráfico, o crime organizado e o analfabetismo.

Pochmann (2000, p. 21) afirma que a desvalorização do trabalho na sociedade brasileira tem suas raízes na herança escravista, caracterizada por altas jornadas, baixos salários e tempo livre (lazer, escola e aposentadoria) para poucos. Apenas a partir da Revolução de 1930, o Brasil urbano pôde contar com “algumas formas de valorização do trabalho, através da regulamentação social e trabalhista no governo Vargas”. A inatividade, entendida como o tempo em que não há exercício do trabalho, nem mesmo a procura por ele, implica que o inativo viva um tempo livre que pode ser utilizado de várias formas, como o ócio positivo (lazer, educação, solidariedade) ou ainda como o ócio negativo (violência e uso de drogas e do crime). Observa-se que a situação de inatividade do jovem relaciona-se diretamente à condição de renda familiar e aos programas públicos de garantia de renda.

O Brasil apresenta-se em situação diversa dos países de economias mais avançadas, visto que nestes países a educação constitui uma preocupação crescente e registra muito esforço no sentido de melhora da qualidade do ensino.

Segundo Pochmann (2000), o fechamento do século XX não foi realizado com êxito no Brasil em relação à superação do analfabetismo entre os jovens, que contabiliza 22% de jovens analfabetos funcionais (menos de quatro anos de estudo), situação incômoda, pois se mantêm distante dos índices de nações de renda média, como a Argentina, o Uruguai e o México. Ainda, apenas 6 em cada 10 jovens brasileiros de 15 a 24 anos são estudantes, e apenas 13% dos jovens de idade entre 20 e 24 anos estão na Universidade. O Ensino Superior é excessivamente restrito, computando não mais que 5% do total das matrículas do Sistema Educacional, no Brasil.

Além disso, o quadro é agravado pela repetência escolar, pelas precárias

condições objetivas da prática escolar (infra-estrutura, professores, material didático, bibliotecas, entre outros). Os dados registram que a educação no Brasil configura-se como um verdadeiro funil, fonte de produção e reprodução de desigualdades. Observa-se que, embora tenha se industrializado, o país direcionou a escolarização para segmentos sociais restritos, o que provocou um agravamento das dificuldades que hoje se apresentam.

No entanto, cabe salientar, a educação, embora cada vez mais necessária, não se constitui em condição suficiente para o sucesso do jovem na sua trajetória de vida. A situação do jovem no mercado de trabalho é bastante desfavorável, principalmente com o excedente de mão-de-obra, as condições para competição em relação aos adultos causam-lhe acentuadas limitações e, quase sempre, lhe são reservados os postos mais inferiores na estrutura das empresas.

A inserção ocupacional do jovem, tradicionalmente, é caracterizada pela instabilidade, mediante condições e relações de trabalho mais precárias do que as do adulto, no entanto, isto se diferencia com base nos períodos históricos. Estas condições são importantes, pois define, em grande parte, a trajetória profissional futura do jovem ao facilitar ou impedir o seu desenvolvimento profissional. Deste modo, ao inserir-se no mercado de trabalho no momento de crescimento da economia, o jovem tem mais condições de realizar uma progressão profissional.

No cenário atual e com relação às oportunidades de inserção no mercado de trabalho, mesmo considerando-se que o trabalho para os jovens pobres represente uma das poucas oportunidades de mobilidade social, há na divisão do trabalho uma reprodução do tipo de ocupação direcionada a esta parcela da juventude. Ocupações que afetam, expressivamente, os que possuem pouca escolaridade, baixa qualificação, diante das “[...] vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho” (POCHMANN, 2004, p. 231).

Pochmann (2004) registra a importância da criação de uma rede pública de apoio ao jovem, com o objetivo de oferecer o suporte necessário ao seu ingresso e à sua trajetória no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que a economia nacional responda positivamente no sentido de dar condições para o desenvolvimento do país.

Um outro fator a ser lembrado é o de que as portas do primeiro emprego foram fechadas para os jovens brasileiros, em especial, aquela maioria de baixa escolaridade oriunda dos estratos populares. O sentimento de fracasso que acompanha o

jovem que procura trabalho remunerado e não consegue, representa uma porta aberta para a frustração, para o desânimo e contribui também para a possibilidade do ganho pela via do delito.

Segundo Pochmann apud Lobo (2012), “Uma parte importante dos jovens que não trabalha, não estuda e tampouco procuram trabalho diz respeito a jovens do sexo feminino. Muitas vezes o problema está vinculado à gravidez precoce”. E mais, o fato de o país ter, em 2005, um desempregado a cada cinco jovens – sendo que de um a cada quatro eram do sexo feminino –, fez com que o Brasil gerasse menos emprego para o restante da população. O país também não conseguiu manter os jovens empregados por um longo tempo, conclui o pesquisador. “Hoje ele (o jovem) consegue alguma ocupação, algum bico, estágio, mas no momento seguinte ele volta a estar desempregado.”

Essa situação, segundo o pesquisador, se deve ao baixo crescimento da economia nacional. Para ele, o Brasil deveria crescer 5% ou 6% ao ano para poder absorver cerca de 2,5 milhões de pessoas que ingressam no mercado de trabalho. “Toda vez que o Brasil cresce menos de 5%, ele não consegue gerar emprego para todos e quem termina sofrendo mais a situação do desemprego é o jovem brasileiro” (POCHMANN apud LOBO, 2012).

De acordo com o IBGE, entre 1995 e 2005, o país gerou 17,5 milhões de novos postos de trabalho. Deste total, 1,8 milhão de vagas foram preenchidas por pessoas na faixa entre 15 e 24 anos. Em 2005, a população nesta faixa etária era de 35,1 milhões de indivíduos, ou 19% da população brasileira. Neste alarmante contexto, de jovens excluídos do mercado de trabalho, fica explícita a falácia do Programa Primeiro Emprego (POCHMANN apud LOBO, 2012).

Considerações finais

O estudo e o trabalho devem ser pensados enquanto condições presentes na vida do jovem, os quais constroem determinados modos de ser jovem, apresentando suas especificidades, o que significa que não há um único modo de ser jovem nas camadas populares, ou seja, a noção de juventudes deve ser realizada no plural, expressando a diversidade de modos de ser jovem.

Há um descompasso que limita as possibilidades de escolha dos jovens quanto ao futuro e acaba por provocar uma maior exposição dos mesmos a fatores externos, como o convívio diário com a violência urbana. A desproporção entre o desejo

de autonomia do jovem e as possibilidades que ele tem de concretizá-la dentro de seu cotidiano social representa, portanto, uma situação de vulnerabilidade para ele. A maior parte da juventude brasileira de hoje vive essa realidade, ou seja, a autonomia não é uma condição fácil, muito menos segura para os jovens, principalmente para aqueles das classes populares. E essa condição de vulnerabilidade tem se agravado, nas últimas décadas, com o crescimento de economias paralelas como a venda de armas, o roubo, o narcotráfico, além da corrupção e da crise das instituições do Estado.

De acordo com os autores que deram sustentação a essa reflexão, o mercado de trabalho para os jovens, embora em alguns momentos tenha aumentado na abertura de novas frentes, são precários não oferecendo as proteções e garantias que possam assegurar um futuro promissor. A inclusão no mercado de trabalho para a juventude, principalmente, aquela pertencente às camadas mais populares pode ser interpretada da seguinte forma: a sociedade exclui para incluir, mas inclui de forma precária, sustentando modos desumanos de participação.

Hoje, a categoria trabalho se configura como uma das preocupações que percorre o campo das políticas públicas para a juventude. Isso leva em consideração os intensos processos de transformação produtiva e de mudança social pelos quais passam as sociedades contemporâneas. Do ponto de vista daqueles que implementam as políticas públicas parece haver um consenso quanto a premente necessidade de se desenvolver ações concretas que possam melhorar a situação atual. Tudo isso é levado em conta também, o significativo aumento da exclusão desse grupo social e da limitada oferta de oportunidades. O desemprego entre os(as) jovens brasileiros(as) é significativamente superior ao do restante da população. Não obstante ao longo do tempo tenha-se constatado o aumento inserção dos (as) jovens no processo de escolarização, por outro lado, não houve aumento proporcional na oferta de empregos. Alguns postos de trabalhos que eram tradicionalmente ocupados por jovens sem experiência profissional são hoje ocupados por adultos(as) com prévia experiência – enquanto uma exigência para ocupação de vagas cada vez mais recorrente e inibidora do acesso dos(as) jovens aos postos de trabalho.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis – Punk e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scrittal; ANPOCS, 1994.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Os jovens e sua vulnerabilidade social. São Paulo: AAPCS, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho & autonomia.** Petrópolis: Vozes, 2000.

D'AGOSTINO, Fátima; BUENO, Priscila. O jovem: algumas considerações sobre o mercado de trabalho. D'AGOSTINO, Fátima. (Org.). **Posso escolher o meu futuro?** São Paulo: Cortez; Osasco, São Paulo: Instituto Tecnológico de Osasco, 2007.

LOBO, Irene. Desemprego entre jovens brasileiros dobrou entre 1995 e 2005, mostra estudo. **Agência Brasil.** Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/04/materia.2007-03-04.0528329323/05>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

MADEIRA, Felícia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986. n. 58. p. 15-48.

_____. **Jovem cidadão: meu primeiro trabalho. Desafios teóricos e práticos.** São Paulo: 2003. (Mimeografado, versão preliminar).

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. In: SPOSITO, Marília Pontes; PERALVA, Angelina Teixeira. (Orgs.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: ANPED, 1997. n. 5-6 Especial. p. 96-108.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil seempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de emprego nos anos 90.** São Paulo/SP: Fundação Perseu Abramo:CUT, 1999:

NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo. (orgs.) **Juventude e sociedade.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

_____. Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo/SP: Publisher Brasil, 2000.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Orgs.). **Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e as significações da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.